



MUNICÍPIO DE OLHÃO

EDITAL Nº33/2018

1º Foi instaurado a Italo Mannella, com último domicílio conhecido na Av.^a Bernardino da Silva, n.º 15 – 4.º Andar Frente, em Olhão, o processo de contraordenação n.º 63/2017, pela seguinte acusação: aos 16 dias do mês de outubro de 2017, no prédio sito na Av.^a Bernardino da Silva, n.º 15, 4.º Andar Frente, Freguesia e Município de Olhão, foi verificado pelo Serviço de Fiscalização deste Município, que procedeu a Operações Urbanísticas ao fechar duas varandas existentes no seu 4.º Andar Frente, uma com cerca de três metros quadrados, e outra com cerca de seis metros quadrados, com alumínio branco e vidro, dando origem a duas marquises, alterando assim a fachada principal do prédio, sem a necessária comunicação prévia, conforme descrito no auto de notícia, cuja cópia se anexa.

2º Pelo exposto o arguido infringiu o disposto na alínea c) do nº 4º do artigo 4º do Decreto-Lei 555/99 de 16 de dezembro, Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, na sua redação atual, dada pelo Decreto-Lei 136/2014 de 9 de setembro, em conjugação com o artigo 18º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Município de Olhão, constituindo assim contraordenação prevista na alínea r) do nº 1 e punida pelo nº 2 do artigo 98º, com a respetiva coima de €500 até ao máximo de €200,000 no caso de pessoa singular, e de €1500 até €450,000 no caso de se tratar de pessoa coletiva, do mesmo diploma legal, em conjugação com o disposto no artigo 55º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro.

3º Em virtude de se terem frustrado as diligências de notificação postal e pessoal, considera-se que fica o arguido notificado, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 70.º do Código do Procedimento Administrativo, para os efeitos previstos no artigo 50.º do Regime Geral das Contra-Ordenações (RGCO), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na sua redação atual, de que dispõe de um prazo de 15 dias a contar da data da afixação do presente edital, para deduzir resposta por escrito à matéria que lhe é imputada, juntar documentos probatórios, arrolar até 3 (três) testemunhas por



MUNICÍPIO DE OLHÃO

cada facto e/ou requerer outras diligências que considere pertinentes, podendo ser representado, querendo, por advogado.

4º Mais se informa que a determinação da medida da coima será feita em função da gravidade de contra-ordenação, da culpa, da situação económica do agente e do benefício económico que este retirou da prática da contra-ordenação (art. 18.º do Regime Jurídico das Contra-Ordenações), pelo que solicitamos a V. Ex.ª a apresentação de cópia da última declaração do IRS.

5º Caso o notificado não apresente defesa à matéria dos autos, decidir-se-á com base nos elementos constantes do processo e conforme for de direito.

E para constar, se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo e sítio da Câmara Municipal (www.cm-olhao.pt).

Olhão, sede do Município, aos 5 de fevereiro de 2017

O Presidente,

CERTIDÃO DE AFIXAÇÃO

Certifico que os serviços afetos à Divisão Administrativa e Contratação Pública, procederam à afixação do presente Edital, composto por duas páginas nos termos do disposto no artigo 112º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro.

Olhão, 08 de fevereiro de 2018

A Coordenadora Técnica da Secção de Expediente e Limpeza



Maria do Rosário S. I. Rodrigues